



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Processo nº: 00600-00010392/2022-61.

Origem: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

Assunto: Licitação.

Relator-Substituto: **Conselheiro Manoel de Andrade.**

Valor Estimado: R\$ 35.367.713,58.

Data de Abertura: **22.09.2022 às 09:00 horas.**

Ementa: Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA. Objeto: Contratação de empresas de engenharia para manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem pluvial em todo Distrito Federal, devidamente especificado no Projeto Básico, no Edital e seus anexos. Análise do Edital. Improriedades e determinações.

A Unidade Instrutiva sugere a suspensão do certame, condicionando sua continuidade ao devido saneamento das medidas determinadas.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Examina-se o Edital do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, cujo objeto é a contratação de empresas de engenharia para manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem pluvial em todo Distrito Federal, devidamente especificado no Projeto Básico, no Edital e seus anexos.

Registra a Divisão de Fiscalização de Licitações que o Aviso de Licitação foi publicado no DODF de 31.08.22, com data limite para envio das propostas fixada em 22.09.22, às 9 horas. O valor estimado do certame é de R\$ 35.367.713,58 (trinta e cinco milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e treze reais e cinquenta e oito centavos) e que será processado pelo Portal Licitações-e do Banco do Brasil, sob o código nº 959673.

O órgão técnico prossegue o seu exame:

3. A última versão do Edital disponibilizada na internet consta na Peça nº 02, e-DOC: [FA75710F-e](#). Dele, extraímos que a licitação terá como critério de julgamento o de menor preço por lote, regime de execução de empreitada por preço unitário, modo de disputa fechado e forma de

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

processamento da licitação eletrônica. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, para cada lote, contado a partir da data da assinatura do Contrato (subitem 19.1).

4. O Edital informa, também, que o objeto está parcelado em 12 (doze) lotes, conforme a seguir detalhado:

Lote	Locais	Valor Total
01	Asa Sul	R\$ 3.059.845,52
02	São Sebastião, Lago Sul, Jardim Botânico	R\$ 3.363.409,35
03	Asa Norte	R\$ 2.416.823,15
04	Paranoá, Lago Norte, Varjão, Itapoã	R\$ 2.537.925,87
05	Gama, Santa Maria, Parque Way	R\$ 3.495.744,58
06	Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II	R\$ 2.437.011,10
07	Guará, Riacho Fundo, Águas Claras, Vicente Pires, Arniqueiras	R\$ 2.956.318,08
08	Ceilândia Sul, Sol Nascente, Por do Sol	R\$ 3.101.005,28
09	Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Estrutural/Scia, SIA	R\$ 2.838.077,35
10	Taguatinga.	R\$ 2.229.676,62
11	Brazlândia, Ceilândia Norte	R\$ 3.476.468,08
12	Sobradinho I, Planaltina, Sobradinho II, Fercal	R\$ 3.455.408,60
TOTAL		R\$ 35.367.713,58

5. Por meio do Ofício nº 235/2022 – DIFLI (Peça nº 03, e-DOC: 0EC58E28-c), de 31/08/2022, o titular da SESPE solicitou ao Chefe da NOVACAP o acesso a todos os documentos do Processo SEI nº 00112-00011839/2022-57, que trata do certame em referência, a ser enviado mediante barramento de serviços do Processo Eletrônico Nacional – PEN ou pelo encaminhamento do link de acesso ao Processo para e-mail: analise.editalis@tc.df.gov.br.

6. Em atendimento, a Jurisdicionada, por intermédio de e-mail enviado no dia 01/09/2022 a esta Corte (Peça nº 05, e-DOC: AA1D48D1-e) disponibilizou o link de acesso, permitindo a obtenção da cópia do Processo, que foi juntada aos autos na Peça nº 06, e-DOC: AF4D0FCF-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

I – Informações Gerais do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022

7. Na última versão do Projeto Básico (fls. 2.044/2.067 da Peça nº 06, e-DOC: AF4D0FCF-e)¹, ao justificar a contratação, a Novacap ponderou:

O sistema de micro drenagem, compreendendo bocas de lobo, ramais de ligação e galerias de águas pluviais, implantados na área urbana de Brasília e cidades satélites requer manutenção constante diante, pois a rotina de uso ocasiona por si mesmo obstruções e que repercute em reclamações e incidentes envolvendo a população.

Desta maneira, a necessidade de se evitar que o sistema produza colapsos localizados e ou regionalizados, bem como a vista dos furtos constantes das tampas de bocas de lobo e os danos que o próprio uso ocasiona a manutenção deve estar na rotina desta Diretoria.

Assim, diante das demandas advindas de ouvidorias, administrações regionais e outros órgãos governamentais, faz-se necessário priorizar a presente contratação, pois a falha da manutenção ocasiona acidentes e prejuízo de ordem patrimonial e pessoal.

8. A Jurisdicionada apresentou estudo comparativo entre os modelos de recolhimento previdenciário (fl. 904), sendo obtidos dois cenários: “Com Desoneração”, totalizando R\$ 35.798.003,54 e “Sem Desoneração”, totalizando R\$ 35.367.713,58. Logo, foi adotado como referência o modelo “Sem Desoneração”, por ser, nessas circunstâncias, o mais vantajoso para Administração.

9. Os documentos e as demais peças técnicas presentes no Processo são indicadas a seguir:

Peça Técnica	fls.
Orçamento com desoneração	07/426
Orçamento sem desoneração	467/886
Memória de cálculo de quantitativos	427/445
Composições de custos unitários	451/465 e 906/1.811

¹ Todas as indicações de folhas que serão feitas na presente informação remetem as folhas do arquivo PDF que compõe a Peça nº 06, e-DOC: [AF4D0FCF-e](#).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Peça Técnica	fls.
Memória de cálculo do BDI	899/902
Comparativo dentre os modelos de recolhimento previdenciário	904
Memória de cálculo dos Encargos Sociais	905

10. As responsabilidades pela elaboração das peças técnicas (fl. 887 e 1.925) encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Tipo / nº	Profissional	Atividade
ART / Rascunho	Engenheiro Civil: Fábio Rossignoli Marques	Elaboração de orçamento de sistema de redes de águas pluviais.
ART / Rascunho	Engenheiro Civil: Elias Maia El Zayek	Projeto de sistemas de drenagem para obras civis bueiro; Projeto de sistemas de drenagem para obras civis boca de lobo; Projeto de sistemas de drenagem para obras civis poço de visita para drenagem; Projeto de sistemas de drenagem para obras civis sarjeta; Projeto de compactação de solos;

11. Em relação ao crédito orçamentário necessário para custear a contratação, foi apresentado o Quadro de Detalhamento de Despesa (fl. 894), posição de 06/07/2022, e ainda nesse sentido, o Serviço de Elaboração e Controle Orçamentário, no expediente “Disponibilidade Orçamentária n.º 247/2022 - NOVACAP/PRES/DF/DEFI/SECOR” (fl. 895), pontuou:

Disponibilizamos o valor para as despesas em questão, que é proveniente da Lei Orçamentária Anual - LOA, vigente (Lei nº 7.061 de 07/01/2022 - DODF EDIÇÃO EXTRA nº 01-A de 07/01/2022), cujas diretrizes são objeto da Lei 6.934 de 05/08/2021 - DODF EDIÇÃO EXTRA - nº 66-A de 05/08/2021), que serão classificadas orçamentariamente, conforme abaixo:

Programa de Trabalho 17.512.6209.2903.0001 (***) MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS--DISTRITO FEDERAL

Natureza da Despesa 33-90-39

Valor 6.532.299,00

Fonte de Recursos 100

OBS.: Os valores restantes serão previstos na elaboração da proposta orçamentária para 2023.

12. No que remete à designação da comissão para condução dos procedimentos licitatórios, a “Instrução n.º 095/2022 -

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

NOVACAP/PRES/ASESP” (fls. 1.932/1.933), dentre outras deliberações, decidiu designar:

Empregados	Matrícula nº	Unidade Representante	Condição
Silvio Romero Cordeiro Gomes	58.958-6	Departamento de Compras - DECOMP/DA	Presidente
Erivaldo Souza Martins	74.908-7		Membro/Suplente do Presidente
Roosevelth Alves da Silva	74.369-0		Suplente
Antonio Taumaturgo de Oliveira	74.452-2	Diretoria de Edificações	Membro
Vanderlam Rosa Lima	74.088-8		Suplente
Aurélio Rodrigues de Castro	74.787-4	DEINFRA/DU	Membro
Flávio Cunha Lima	973.352-3		Suplente
Flávio Roberto Vieira de Melo	75.033-6	DPI/DU	Membro
José Humberto Vieira da Silva	74.664-9		Suplente

13. No que remete à manifestação da Assessoria Jurídica, a análise conduzida no “Parecer SEI-GDF n.º 467/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS” (fls. 2.007/2.021) concluiu “(...) pela regularidade jurídico-legal da minuta do Edital de Licitação Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA e seus anexos, observadas as recomendações lançadas nos parágrafos 31, 32, 39, 43, 44 e 52 do presente opinativo”.

14. Em suma, os pontos destacados pelo Pareceristas foram nessas palavras:

31. Compete esclarecer que a licitação será efetivada pelo modo de disputa fechado quando o objeto demandar a utilização de critério de julgamento que não seja menor preço, maior desconto ou maior oferta de preços. A escolha do modo de disputa mediante critério diferente do que for definido na norma deverá ser previamente justificada e aprovada pelo Diretor Administrativo, conforme preceitua o art. 100 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

32. Desse modo, caso seja mantido o critério de julgamento menor preço e o modo de disputa fechado, se faz necessária a expressa aprovação do Diretor Administrativo.

39. Assim, em que pese essa excepcionalidade já admitida pelo TCDF, sugere-se a complementação da justificativa técnica, demonstrando a essencialidade do serviço, o interesse público, abordando aspectos relativos a qualificação técnica, capacidade operacional e eventuais riscos a serem prevenidos em razão do desempenho de atividade compatível com as características, quantidades e prazo, de maneira simultânea em diversas regiões do Distrito Federal, visando garantir maior segurança jurídica ao procedimento.

43. Conforme os dispositivos legais supracitados, a vedação ao tratamento favorecido e diferenciado em favor da entidade que em decorrência do valor da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

licitação venha a auferir faturamento que acarrete seu desenquadramento só alcança as microempresas, não incidindo sobre as empresas de pequeno porte.

44. Assim, a cota reservada e os critérios de julgamento e aceitabilidade das propostas são aplicáveis às empresas de pequeno porte, inclusive, considerando que no caso da EPP, a receita bruta auferida deve ser superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Nota-se que no caso em tela, o valor estimado dos lotes não ultrapassa o valor máximo de faturamento previsto para as EPPS.

52. Feita a análise da referida minuta de Edital, ressalta-se que quanto à participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, embora o Termo de Referência justifique que não haverá cota reservada à ME e EPP, tendo em vista que o valor do objeto ultrapassa a limitação de faturamento tratada pela Lei Complementar nº 123 e Lei nº 4.611/2011, entretanto, atendendo a legislação na forma da previsão de obrigação de subcontratação compulsória, cumpre observar que aplicando-se o percentual mínimo (10%) ao valor do maior lote não excede o faturamento da microempresa e não ultrapassa o faturamento da Empresa de Pequeno Porte. Desse modo, nota-se que seria possível a divisão dos lotes em dois subitens, sendo um destinado à cota reservada exclusivamente para microempresas (no percentual mínimo de 10%) e para empresa de pequeno porte, exceto se não for vantajosa a divisão dos lotes em subitens ou em razão do objeto, desde que devidamente justificado.

15. Posteriormente, no “Despacho - NOVACAP/PRES/DU” (fl. 2.042/2.043), a Diretoria de Urbanização, sobre os questionamentos acerca do modo de disputa, ponderou:

JUSTIFICATIVA: Devido às características do objeto, indo de acordo ao recomendado pela Resolução nº 1.116/2019 - CONFEA que estabelece que as obras e os serviços no âmbito da engenharia e da agronomia são classificados como serviços técnicos, que requerem conhecimento técnicos comprovados, o modo de disputa fechado busca afugentar propostas aventureiras de pouca especialização, já que a engenharia urbanista em pavimentação possui cunho técnico e que requer processo de planejamento urbano, intervenção e gestão para melhoria da malha viária, considerando a sustentabilidade, o impacto ambiental e segurança do transporte da população.

Que nesta oportunidade resta reiterada, esclarecendo que, tendo em vista a experiência advinda dos últimos procedimentos licitatórios onde optou-se por este modo de disputa, e que restou demonstrado melhores resultados, o que tem permitido selecionar empresas com melhor qualificação e experiência, o que refletiu diretamente na eficiência e qualidade do serviço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Assim, esta Diretoria, baseada no empirismo que resultou em melhor eficiência e qualidade da execução e entrega dos serviços frutos das últimas contratações, solicita a aprovação do modo de disputa fechado para a contratação em tela.

16. E, no tocante ao estabelecimento de benefícios concedidos às entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), a última versão do Projeto Básico pontuou (fl. 2.059):

26.2 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar microempresas e/ou empresas de pequeno porte (subcontratação compulsória), no percentual mínimo 10% (dez por cento) e no máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato de serviço e/ou materiais, ficando vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação e considerando o aduzido na Decisão Normativa do TCDF e Acórdão 2255/ Plenário- TCU.

17. Ainda sobre a última versão do Projeto Básico (fls. 2.044/2.067), registramos que sua aprovação foi feita pelo Diretor de Urbanização, conforme explicita o “Despacho - NOVACAP/PRES/DU” (fls. 2.086/2.087).

18. Posteriormente, o Diretor-Presidente, na “Autorização - NOVACAP/PRES” (fls. 2.088/2.089), autorizou a realização do certame.

19. No que remete à questão ambiental, registramos que serviços de manutenção do sistema de drenagem pluvial não se configuram atividade sujeita a licenciamento ambiental, nos termos da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e Resolução nº 10 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, de 20 de dezembro de 2007.

20. No mais, o Projeto Básico disciplinou (fl. 2.054):

17.6 A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição na obra em observância ao disposto nos arts. 15 a 19 da Lei Distrital nº 5.418, de 02 de agosto de 2010, e art. 12 da Lei 4.702 de 20 de dezembro de 2011 deve submeter seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS ou Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC junto ao órgão competente.

21. Quanto à possibilidade de participação de empresas consorciadas e de subcontratação, o Edital estabelece, respectivamente às fls. 04 e fl. 17 da Peça nº 02, e-DOC: FA75710F-e, que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

6.1 Poderão participar da presente licitação toda e qualquer empresa brasileira que, isoladamente ou em consórcio, atenda plenamente a todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

(...)

15.1.1 A CONTRATADA poderá subcontratar parte da obra, serviço ou fornecimento até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ficando vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação e considerando o aduzido na Decisão Normativa do TCDF e Acórdão 2255/ Plenário- TCU, conforme no item 26 do Projeto Básico.

22. Em relação ao parcelamento, ao permitir a participação de empresas consorciadas no certame e, ao mesmo tempo, parcelar formalmente o objeto, a nosso ver, atende à Decisão Normativa nº 02/2012 – TCDF quanto à efetuação do parcelamento do objeto.

23. Sobre a adoção dos benefícios concedidos às entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), o Edital prevê que (fl. 17 da Peça nº 02, e-DOC: FA75710F-e):

15.1.2 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar microempresas e/ou empresas de pequeno porte (subcontratação compulsória), no percentual mínimo 10% (dez por cento) e no máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato de serviço e/ou materiais, ficando vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação e considerando o aduzido na Decisão Normativa do TCDF e Acórdão 2255/ Plenário- TCU, conforme no item 26 do Projeto Básico.

24. No tocante ao reajustamento, dispõe assim (fl. 21 da Peça nº 02, eDOC: FA75710F-e):

28 REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO

28.1 Na forma do disposto no item 23 do Projeto Básico.

25. Por sua vez, o referido item 23 do Projeto Básico estabelece que (fl. 2.058):

23.1.2 O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da data do Orçamento Estimativo da Novacap, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 19/2017 - Plenário - em seu Item 9.5.1., utilizando-se os índices especificados, desde que a extensão no prazo de execução não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA.

(...)

23.1.4 Para preços de insumos asfálticos ou betuminosos adotar-se-ão para efeito de reajuste do futuro contrato os índices de reajustamento das TABELAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

DE ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS disponíveis no sítio eletrônico do Departamento Nacional do Infraestrutura e Transporte (DNIT), apurados pela Fundação Getúlio Vargas, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 59/2021 (Doc. SEI/GDF 91130409), de 17 de setembro de 2021, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 178 em 20 de setembro de 2021, ou norma que a substitua

23.1.5 Para os demais itens deverá ser adotado o **Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 18**, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

26. Em relação ao critério de aceitabilidade de preço, o Edital regulamenta que (fl. 07 da Peça nº 02, e-DOC: FA75710F-e):

8.3.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da NOVACAP.

27. Quanto aos prazos para início do serviço, determina o Edital que (fl. 21 da Peça nº 02, e-DOC: FA75710F-e):

19.2 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

28. Dito isso, assentamos que a análise formal da licitação encontra-se no checklist que compõe a Peça nº. 09, e-DOC: 69CF9910-e.

29. Oportunamente, registramos que o exame formal do Edital não afasta eventuais fiscalizações posteriores acerca do procedimento licitatório e seus desdobramentos.

II – Análise da Documentação Encaminhada

III II.1 – Dos Requisitos de Habilitação

30. Em relação à qualificação técnica, o Edital disciplina assim (fls. 09/12 da Peça nº 02, e-DOC: FA75710F-e):

b) Acervo técnico:

b.1 - do responsável técnico:

O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução dos seguintes serviços:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Para TODOS OS LOTES:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	m ³

b.2 – Da empresa – capacidade técnica operacional:

As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional comprovando ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O(s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços. Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução dos seguintes serviços apresentados nas tabelas abaixo:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.250,00 m	625,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.547,60 m ²	2.773,80 m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.072,00 m ³	4.536,00 m ³



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.250,00 m	625,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.547,60 m²	2.773,80 m²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.072,00 m³	4.536,00 m³

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	885,00 m	442,50 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	3.921,20 m²	1.960,60 m²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	6.426,00 m³	3.213,00 m³

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	970,00 m	485,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	4.308,80 m²	2.154,40 m²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	6.804,00 m³	3.402,00 m³

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.315,00 m	657,50 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.844,00 m²	2.922,00 m²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.450,00 m³	4.725,00 m³

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	924,00 m	462,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	4.095 m²	2.047,50 m²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	6.804,00 m³	3.402,00 m³

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.250,00 m	625,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.547,60 m²	2.773,80 m²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.072,00 m³	4.536,00 m³



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.265,00 m	632,50 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.607,60 m ²	2.803,80 m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.072,00 m ³	4.536,00 m ³

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.203,00 m	601,50 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.339,80 m ²	2.669,90 m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.072,00 m ³	4.356,00 m ³

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	980,00 m	490,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	4.351,00 m ²	2.175,50 m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	6.804,00 m ³	3.402,00 m ³

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.357,00 m	678,50 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	6.007,00 m ²	3.003,50 m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.828,00 m ³	4.914,00 m ³

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ORÇADA	CAPACIDADE OPERATIVA EXIGIDA
1	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DE D= 400 a 1500 mm	1.250,00 m	625,00 m
2	EXECUÇÃO DE ESCORAMENTO DE VALAS	5.547,60 m ²	2.773,80 m ²
3	EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE BUEIRO	9.072,00 m ³	4.536,00 m ³

NOTAS:

1. Para efeito de conversão de unidades dos serviços de "Execução de revestimento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente)" constantes nas CAT's (Certidões de Acervo Técnico) apresentadas pelas empresas licitantes, nos atestados em que os quantitativos do serviço descrito acima estiverem em m³, caso não conste o peso específico, será considerado o valor de 2,4 t/m³; e onde o serviço aparecer em m², caso não conste a espessura do revestimento asfáltico, será considerada a espessura de 5,0 cm conforme estimativa orçamentaria.

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

2. Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação de capacidade operativa da PROPONENTE representam 50% (cinquenta por cento) das quantidades orçadas. Os itens e quantidades apresentadas na tabela foram escolhidos com base na relevância técnica e classificação ABC de serviços.
3. Para efeito de comprovação de habilitação técnica de consórcio, será considerada a soma das quantidades dos atestados de cada uma das empresas participantes do consórcio, independentemente da quantidade atestada individualmente por cada uma das empresas, a fim de evitar que as consorciadas não tenham a experiência adequada para a prestação dos serviços.
4. A proponente arrematante de mais de 1 (um) lote deverá comprovar qualificação técnica que suportem o exigido somando os requisitos respectivamente para cada lote.
5. É admitido o somatório de atestados de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos para habilitação técnica, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante, consoante a Decisão TCDF nº 1.755/2017.

31. Dos dispositivos apresentados, em convergência ao entendimento desta Corte, o Edital não estabelece limitação de tempo ou locais específicos para os atestados exigidos dos licitantes.

32. Em relação aos demais requisitos de habilitação (jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira), também verificamos que os regramentos previstos no Edital não merecem reparos.

II.2 – Da Limitação do Número de Lotes a ser Adjudicado a um mesmo Vencedor

33. O Edital faz a seguinte restrição (fl. 14 da Peça nº 02, e-DOC: FA75710F-e):

11.1.1 Caso uma mesma empresa licitante apresente proposta com menor preço para mais de 2 (dois) lotes, serão adjudicados os 2 (dois) lotes onde forem alcançados os menores preços relativamente aos respectivos lotes, sendo a empresa desclassificada dos demais lotes.

11.1.2 Excepcionalmente, caso algum lote resulte fracassado poderá a proponente por ordem de classificação sagrar-se vencedora em mais lotes, devendo comprovar a qualificação técnica que suporte o exigido somando os requisitos respectivamente para cada lote.

34. A nosso ver, os lotes parcelados correspondem a licitações distintas, devendo ser observada a mais ampla oportunidade aos licitantes interessados, não podendo, assim, cercear a participação de empresas que, em tese, estão aptas a concorrerem a mais de um lote.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

35. Além de ter o potencial de comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, analisando o caso concreto, não vislumbramos a essencialidade do serviço, tampouco prejuízo direto à população na ocorrência de sua eventual interrupção em casos, como por exemplo, na interrupção do sistema de distribuição de água, da coleta de esgotos ou da coleta dos resíduos sólidos urbanos.

36. Em razão disso, iremos sugerir que a Novacap exclua a limitação de contratação de mais de dois lotes por licitante, conforme deliberação já manifestada por esta Corte nas Decisões nos. 311/2019, 3.680/2016 e 5.049/2014.

II.3 – Dos Documentos de Responsabilização Técnica

37. Quanto às ARTs Rascunhos (parágrafo 10 desta Instrução), em que pese nos autos administrativos esteja a versão “Rascunho”, verificamos, no site do CREA/DF2, que elas já foram devidamente registradas, conforme cópia juntada ao presente processo no e-doc 9DBAF216-e (Peça nº 08).

II.4 – Do Orçamento Estimativo

38. Da Curva ABC34 apresentada para o Lote 05, que é o de maior representatividade material (fls. 638/640), considerando a limitação de tempo e o impacto da representatividade singular de cada um dos itens, optamos por restringir nossa análise ao limite de 81,13% do custo total:

Curva ABC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ⁴ (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	%
1	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	481.553,76	R\$ 1,37	R\$ 659.728,65	21,99%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ⁴ (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	%
2	ADM LOCAL	ADM LOCAL	UND	1,00	R\$ 229.463,04	R\$ 229.463,04	7,65%
3	4915712 M/SICRO	LIMPEZA DE BUEIRO	M3	9.450,00	R\$ 19,39	R\$ 183.235,50	6,11%

² https://art.creadf.org.br/art1025/site/autenticidade_art.php

³ A curva ABC define os itens prioritários de controle em ordem de materialidade.

⁴ Valor sem BDI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

4	06-22-03M/PM SP	BOCA DE LOBO SIMPLES COM MEIO FIO VAZADO/CHAPEU	UNID.	75,00	R\$ 2.310,92	R\$ 173.319,00	5,78%
5	93361	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M3	6.008,51	R\$ 17,88	R\$ 107.432,16	3,58%
6	06-22-04M/PM SP	BOCA DE LOBO DUPLA COM MEIO FIO VAZADO/CHAPEU	UNID.	25,00	R\$ 4.122,65	R\$ 103.066,25	3,44%
7	100991	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_07/2020	T	15.627,58	R\$ 5,37	R\$ 83.920,10	2,80%
8	101570	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 0 A 1,5 M, LARGURA MENOR QUE 1,5 M. AF_08/2020	M2	3.480,00	R\$ 23,59	R\$ 82.093,20	2,74%
9	Resid 3	Disposição final de resíduos sólidos da construção civil segregados	t	5.863,11	R\$ 13,41	R\$ 78.624,31	2,62%
10	93599	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	42.650,18	R\$ 0,54	R\$ 23.031,10	0,77%
11	03448M/ORSE	BOCA DE LOBO DE CONCRETO SIMPLES COM GRELHA (EXCLUSIVE: GRELHA E TRANSPORTE DE MATERIAL ESCAVADO)	UNID.	75,00	R\$ 857,33	R\$ 64.299,75	2,14%
12	100952	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	19.025,82	R\$ 2,72	R\$ 51.750,23	1,73%
13	7758	TUBO DE CONCRETO	M	75,00	R\$ 885,88	R\$ 66.441,00	2,21%


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ⁴ (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	%
		ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1500 MM					
14	7725	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE = 600 MM	M	290,00	R\$ 210,00	R\$ 60.900,00	2,03%
15	7753	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM	M	140,00	R\$ 409,41	R\$ 57.317,40	1,91%
16	7757	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1200 MM	M	95,00	R\$ 611,47	R\$ 58.089,65	1,94%
17	7750	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 800 MM	M	135,00	R\$ 349,41	R\$ 47.170,35	1,57%
18	ANP - CAP 30/45 MAI 2022	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45	t	7,10	R\$ 6.258,51	R\$ 44.435,42	1,48%
19	98114M/ SINAPI	ASSENTAMENTO E FORNECIMENTO DE TAMPA DE CONCRETO PARA BOCA DE LOBO	UNID.	100,00	R\$ 416,56	R\$ 41.656,00	1,39%
20	94283	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	M	567,50	R\$ 67,75	R\$ 38.448,13	1,28%
21	7714	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	M	290,00	R\$ 129,70	R\$ 37.613,00	1,25%
22	96624	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_08/2017	M3	175,90	R\$ 209,84	R\$ 36.910,86	1,23%
23	Resid 4	Disposição final de resíduos sólidos da construção civil não segregados	t	1.497,08	R\$ 23,51	R\$ 35.196,35	1,17%
24	1600989 M/SICRO	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES COM MARTELETE	M3	164,25	R\$ 210,73	R\$ 34.612,40	1,15%

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

25	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA	M3	3.253,80	R\$ 10,84	R\$ 35.271,19	1,18%
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ⁴ (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	%
		(0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021					
TOTAL						R\$ 2.434.025,03	81,13%

39. De maneira geral, as referências de custos adotadas para os serviços integrantes da Curva ABC tiveram como base a tabela do Sinapi (Brasília - maio/2022 - Sem Desoneração) e da Agência Nacional de Petróleo - ANP (Brasília maio/2022).

40. Mesmo quando fez uso de outras referências para compor o custo de um serviço, como foi o caso nos itens da ABC de nos 03, 06, 09, 11 e 24, a Novacap adotou os valores dos insumos correspondentes do Sinapi.

41. Dado que a referência do Sinapi é cancelada por esta Corte de Contas, concluímos adequados os preços praticados nos serviços analisados.

42. No tocante ao item nº 18 (ANP-CAP 30/45 MAI 2022) "CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45", salientamos que, para a definição dos valores de aquisição dos materiais asfálticos, deve ser feita a avaliação do binômio de formação do custo (aquisição + transporte), sendo escolhido como valor de referência aquele que se demonstrar mais vantajoso para a Administração.

43. De forma a elucidar o binômio "aquisição + transporte", registramos o que dispõe a Portaria nº 1977, de 25 de outubro de 2017, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT):

Art. 4º A origem do cimento asfáltico de petróleo e do asfalto diluído de petróleo será definida no local das refinarias da Petrobras ou nas capitais das unidades da federação com divulgação de preços na base da ANP. No caso das emulsões asfálticas e dos asfaltos modificados, a origem destes materiais será definida nas bases de industrialização do respectivo produto asfáltico mais próximas à localização das obras, conforme ilustrado na cadeia produtiva a seguir (Figura 01). A adoção deste critério objetiva reduzir as distorções advindas da ponderação de preços e quantidades na base de cálculo da ANP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Figura 01 - Cadeia produtiva dos produtos asfálticos (Fonte: ANP)

Art. 5º Os preços de referência dos produtos asfálticos serão definidos por meio da realização de estudo comparativo com, pelo menos, 3 (três) origens diferentes e com maior proximidade em relação à localização da obra, respeitando-se as premissas definidas no Artigo 4º e adotando-se como referência a condição mais vantajosa ao erário em função do binômio “aquisição + transporte”.

§ 1º O referido estudo comparativo, com suas respectivas memórias de cálculo, constitui parte integrante do projeto e deverá constar obrigatoriamente da documentação mínima necessária à aprovação dos projetos e anteprojetos para fins de comprovação e auditoria.

§ 2º Na inexistência de preço de algum produto asfáltico nas unidades da federação, deverão ser utilizados os preços regionais disponibilizados pela ANP, adotando-se como referência a localização das refinarias mais próximas à obra.

§ 3º Caso ainda persista a impossibilidade de definição dos preços de referência de algum produto asfáltico, deverão ser utilizados os preços nacionais disponibilizados pela ANP, adotando-se como referência a localização da refinaria mais próxima à obra.

§ 4º Para os demais produtos asfálticos não contemplados no acompanhamento de preços da ANP, a definição dos preços de referência deve ser realizada por meio da realização de cotação de preços nas distribuidoras, em conformidade às orientações preconizadas na Instrução de Serviço DNIT nº 15/2006.

44. Sobre essa questão, a Decisão TCDF n.º 2.138/2017 determinou nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – determinar (...) que, doravante (...): j) aprimore os procedimentos para elaboração de orçamento de referência das licitações, observando o princípio da economicidade, de maneira a evitar a ocorrência de superfaturamento na execução dos serviços, buscando, por exemplo: (...) (c) **adotar os preços da ANP como limites para os materiais asfálticos (considerando a condição mais vantajosa ao erário em função do binômio aquisição e transporte, definido**

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

inclusive com origem em outros estados, conforme Portaria DNIT nº 1078/15⁵;
(grifamos)

45. Nesse sentido, entendemos importante que a Jurisdicionada apresente estudo comparativo com pelo menos 3 (três) origens diferentes e com maior proximidade em relação à localização da obra, de modo a justificar os preços praticados na planilha de referência para os insumos asfálticos, consoante a metodologia estabelecida na Portaria nº 1.977/17 do DNIT e em atenção ao princípio da economicidade e à Decisão TCDF n.º 2.138/2017.

46. Outrossim, concluímos importante ser determinado à Novacap que justifique a adoção do CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45 em detrimento do CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 50/70, sendo este último mais recorrente nas contratações da Companhia e com custo ligeiramente inferior.

II.5 – Dos Projetos de Engenharia

47. Observamos nos autos administrativos que a Jurisdicionada não juntou os projetos de Bocas de Lobo e Poços de Visita (PV) e demais elementos necessários à perfeita identificação dos serviços a serem realizados que serão objetos de intervenção nas manutenções do sistema de drenagem.

48. É sabido que o grau do detalhamento exigido para a formação do Projeto Básico não se dá por mera exigência formal, sendo que são seus constitutivos é que garantem a vinculação do objeto e de sua qualidade aos elementos da Planilha Orçamentária, minimizando a possibilidade de aditamentos ao ajuste decorrente da licitação, e, consequentemente, favorecendo a melhor execução contratual.

49. Portanto, entendemos importante determinar à Novacap que adequar o Projeto Básico, fazendo constar os projetos e os detalhamentos de Bocas de Lobo e Poços de Visita (PV) e demais elementos necessários à perfeita identificação dos serviços a serem realizados que serão objeto de intervenção nas manutenções do sistema de drenagem.

III – CONCLUSÃO

50. Na análise empreendida nesta Informação, relativa ao Edital do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA, constatamos algumas falhas no instrumento convocatório atinentes aos

⁵ A Portaria DNIT nº 1977/17 revogou a Portaria DNIT nº 1078/15.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

aspectos formais com potencial de comprometer a continuidade do certame.

51. Logo, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/16, c/c o art. 277 do RITCDF, iremos propor a suspensão do referido certame, para que sejam efetuadas as devidas medidas corretivas às impropriedades apontadas.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

VOTO

Conforme antecipado, examina-se o Edital do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, cujo objeto é a contratação de empresas de engenharia para manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem pluvial em todo Distrito Federal, devidamente especificado no Projeto Básico, no Edital e seus anexos.

Ressalto, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em substituição, consoante o disposto na Lei nº 13.094/15, na Resolução TCDF nº 351/21 e na Portaria TCDF nº 60/22.

A partir do exame conduzido pela Divisão de Fiscalização de Licitações – DIFLI, depreende-se que foram identificadas algumas falhas no instrumento convocatório, em especial em relação aos aspectos formais com potencial de comprometer a continuidade do certame.

Conforme salienta a instrução, em primeira análise, a restrição acerca da contratação de mais de dois lotes por licitante tem o potencial de comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois não se vislumbra a essencialidade do serviço, tampouco prejuízo direto à população na ocorrência de sua eventual interrupção em casos, como por exemplo, na interrupção do sistema de distribuição de água, da coleta de esgotos ou da coleta dos resíduos sólidos urbanos.

Dessa maneira, conforme deliberação já manifestada por esta Corte nas Decisões nºs 311/2019, 3.680/2016 e 5.049/2014, não deve haver, por hora, a limitação de contratação de mais de dois lotes por licitante.

Ademais, passando aos preços praticados na planilha de referência para os insumos asfálticos, mostra-se adequada a sugestão da Unidade Técnica para que a Jurisdicionada apresente estudo comparativo com pelo menos 3 (três) origens diferentes e com maior proximidade em relação à localização da obra, de modo a justificar os preços praticados, consoante a metodologia estabelecida na Portaria nº 1.977/17 do DNIT e em atenção ao princípio da economicidade e à Decisão TCDF n.º 2.138/17.

Por último, acompanhamento também, acerca dos Projetos de Engenharia, a sugestão de adequação do Projeto Básico, para constar os projetos e os detalhamentos de Bocas de Lobo e Poços de Visita (PV) e demais elementos necessários à perfeita identificação dos serviços a serem realizados que serão objeto de intervenção nas manutenções do sistema de drenagem, visando a minimizar a possibilidade de aditamentos ao ajuste decorrente da licitação, e, conseqüentemente, favorecer a execução contratual.

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Diante das considerações apresentadas, tenho por correto o encaminhamento sugerido, razão pela qual VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento do Edital do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA (Peça nº 02, e-DOC: [FA75710F-e](#)), do link de acesso ao Processo SEI nº 0011200011839/2022-57 (Peça nº 05, e-DOC: [AA1D48D1-e](#)) e da cópia digital do referido Processo, juntada aos autos na Peça nº 06, eDOC: [AF4D0FCF-e](#);

II - determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que suspenda o Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA, com fulcro no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/16, c/c art. 277 do RI do TCDF, para que sejam adotadas as correções a seguir, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal:

a) exclua a limitação de contratação de mais de dois lotes por licitante, conforme deliberação já manifestada por esta Corte nas Decisões nºs. 311/2019, 3680/2016 e 5049/2014;

b) em relação ao orçamento estimativo:

1. apresente estudo comparativo com pelo menos 3 (três) origens diferentes e com maior proximidade em relação à localização da obra, de modo a justificar os preços praticados na planilha de referência para os insumos asfálticos, consoante a metodologia estabelecida na Portaria nº 1977/17 do DNIT e em atenção ao princípio da economicidade e à Decisão TCDF n.º 2.138/2017;

2. justifique a adoção do CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 30/45 em detrimento do CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO - CAP 50/70, sendo este último mais recorrente nas contratações da Companhia e com custo ligeiramente inferior;

c) adeque o Projeto Básico, fazendo constar os projetos e os detalhamentos de Bocas de Lobo e Poços de Visita (PV) e demais elementos necessários à perfeita identificação dos serviços a serem realizados que serão objeto de intervenção nas manutenções do sistema de drenagem;

III - alerte à Novacap que, caso entenda por manter os termos originais do edital do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA, encaminhe as devidas justificativas,

z:\2022\assessoria\votos\1039222a - ma - cautelar suspensão.doc (1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

permanecendo o certame suspenso até ulterior deliberação desta Corte;

IV - autorize:

- a) a continuidade do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 022/2022 – DECOMP/DA após o cumprimento integral das medidas determinadas no item II precedente, reabrindo o prazo inicialmente previsto nos termos do art. 39, Parágrafo único, da Lei nº 13.303/2016;
- b) o envio de cópia desta Decisão e do respectivo Relatório/Voto à Novacap e ao Presidente da Comissão de Licitação, a fim de subsidiar o atendimento ao item II;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2022.

MANOEL DE ANDRADE
Relator-Substituto